

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.398 - AM (2018/0336181-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : ALZENIRA FROTA DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ALZENIRA FROTA DE SOUZA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que inadmitiu seu apelo nobre.

Consta dos autos que a agravante foi condenada à pena de 6 anos de reclusão e pagamento de 600 dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática do crime tipificado no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante a Corte Estadual, a qual negou provimento à irresignação, mantendo todos os termos do édito condenatório.

Contra a decisão foi apresentado o apelo nobre, com fulcro na alínea "a", do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento na Súmula n. 7/STJ.

No presente recurso, alega a agravante que o óbice indicado na decisão de admissibilidade não incidiria *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o Recurso Especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento da insurgência para negar seguimento ao apelo nobre.

É o relatório.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que o Recurso Especial interposto, de fato, não merece seguimento.

Pretende a defesa a absolvição da agravante, sob o argumento de que não existiriam provas suficientes para sua condenação.

A respeito da questão, importante transcrever as razões utilizadas pela Corte *a quo* para justificar a manutenção da condenação promovida pelo Juízo singular:

"A despeito da tese defensiva, verifica-se que o caderno processual está repleto de elementos que apontam a acusada como autora do delito de tráfico de drogas.

Observa-se, pois, que materialidade restou demonstrada através do Auto de prisão em flagrante (fls. 1/69), do Auto de exibição e apreensão (fls. 6/7) e, sobretudo, pelo Laudo toxicológico (fls. 62/64).

A autoria delitiva, por sua vez, é verificada pelo depoimento dos policiais colhidos na fase inquisitorial e em juízo, atestando que o material tóxico estava em poder de todos os acusados, incluindo a Recorrente.

Registro que a Ré foi presa em flagrante no local em que

foram encontrados os entorpecentes e materiais para embalar a droga e onde já haviam informações pretéritas indicando a prática do delito de tráfico, fato que culminou em sua prisão e na dos outros réus.

Resta evidente, portanto, que a acusada praticava a mercancia das drogas juntamente com os demais acusados.

Embora a Apelante negue a autoria do crime, a versão mostra-se totalmente isolada no contexto fático-probatório, salientando que os fatos expostos pelas testemunhas policiais não podem ser desprezados diante de mera negativa em juízo.

Logo, diante dos segmentos de prova apontando a autoria delitiva, torna-se incabível dar prevalência à versão de que a ré não possuía qualquer relação com a venda de substâncias entorpecentes.

Nessa senda, é importante destacar a pacífica orientação jurisprudencial no sentido de que a declaração emanada dos policiais responsáveis pela diligência que culminou com a prisão - quando em convergência com as demais provas colhidas na instrução do feito - tem pleno valor probatório e é apta a lastrear o decreto condenatório.

[...]

Com efeito, o magistrado de piso possui maior proximidade com a realidade fática, na medida em que procede a inquirição pessoal das testemunhas, podendo avaliar suas reações e comportamento ao serem contraditadas.

Assim, o convencimento por ele adotado acerca da autoria do crime somente comporta alteração nas hipóteses em que demonstrada, de forma clara, a contradição em relação às provas produzidas, o que não ocorre no caso em comento." (e-STJ fls. 611/613)

Da análise dos autos, infere-se que o Tribunal de origem, após percuciente reexame do delineamento fático e probatório coligido ao feito, constatou a existência de elementos suficientes para embasar o decreto condenatório, nos moldes do artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, asseverando que *"a autoria delitiva, por sua vez, é verificada pelo depoimento dos policiais colhidos na fase inquisitorial e em juízo, atestando que o material tóxico estava em poder de todos os acusados, incluindo a Recorrente"* (e-STJ fl. 611).

Portanto, desconstituir o julgado, pela alegação de ausência de provas, no intuito de amparar o pleito defensivo absolutório, não encontra espaço na via eleita, porquanto demandaria profundo revolvimento do material fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, vedada a este Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Especial, ante o óbice do Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE. TRÁFICO DE DROGAS. TESE DE CONDENAÇÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. ÓBICE INTRANSPONÍVEL DA SÚMULA 7 DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Ao contrário do afirmado pelo agravante, os argumentos declinados nas razões do recurso especial a fim de absolvê-lo da prática do crime de tráfico de drogas, demandariam sim a análise dos fatos, das circunstâncias e das provas amealhadas aos autos, mostrando-se insuperável o obstáculo da Súmula 7.

2. Desse modo, a decisão agravada deve ser mantida incólume por seus próprios termos.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 737.418/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 19/10/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE INEQUÍVOCAS CONTRADIÇÕES NOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE INCURSÃO NO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Cabe às instâncias ordinárias fazer um exame do conteúdo fático e probatório a fim de aferir a existência de provas suficientes para embasar a condenação, de modo que, para rever a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem e concluir-se pela inexistência de elementos que comprovem a prática do delito de tráfico de drogas, ou ainda, para aplicar o princípio do in dubio pro reu, seria necessária profunda incursão probatória, vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Decisão mantida por seus próprios fundamentos.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1322917/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 04/10/2017)

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conheço do agravo para não conhecer do Recurso Especial**, nos termos do artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator